

PASSEIO PÚBLICO DE CURITIBA: O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE UMA ÁREA VERDE

The Public Garden of Curitiba: The process of creation of a green area

Rival Varin de ANDRADE*

RESUMO

Tendo em vista a importância que a implantação de áreas verdes públicas desempenha na produção do espaço urbano de Curitiba, o presente artigo pretende identificar quais foram os agentes que influenciaram na criação do Passeio Público, o primeiro parque criado na cidade.

Palavras-chave: áreas verdes, Passeio Público, Curitiba, parques.

ABSTRACT

In view of the important role that the implantation of public green areas plays in the production of the urban space of Curitiba, the present article aims to identify which were the agents that influenced in the creation of the "Passeio Público", the first park created in the city.

Keywords: green areas, Public Park & Zoo, Curitiba, parks.

Considerada cidade modelo, Curitiba tem sua imagem repercutida, em âmbito nacional e internacional, como a capital brasileira que superou os problemas urbanos consequentes da metropolização. Um dos principais alicerces que fundamentam esta suposta qualidade de vida é a valorização das áreas verdes. O marketing curitibano se orgulha de possuir a maior relação de áreas verdes por habitante do Brasil. Tendo em vista a importância que os parques assumem na política de produção do espaço urbano de Curitiba, pretende-se, neste artigo, identificar os agentes que influenciaram na formação do Passeio Público, primeiro parque construído da cidade.

* Arquiteto e Urbanista pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: RVarin@uol.com.br.

Um dos aspectos que caracteriza as cidades das colônias portuguesas é a rejeição de áreas verdes nos espaços públicos. Essas áreas só passam a ser incluídas, nas cidades portuguesas e coloniais, a partir do século XVII, por meio da criação de alamedas e vias públicas arborizadas, de nítida influência espanhola (PEREIRA, 1999). No entanto, um dos principais marcos da inserção do verde nas cidades portuguesas e coloniais se dá em 1764, quando o Marquês de Pombal doa à população de Lisboa um jardim público, que passa a ser denominado Passeio Público. A partir de então, o Marquês de Pombal faz inúmeras outras doações de espaços arborizados, todos sendo denominados Passeios Públicos. Diversos governantes das colônias passam a imitar a ideia do Marquês, disseminando a criação de Passeios Públicos por todas as colônias portuguesas. No Brasil, surgem Passeios Públicos em diversos locais, entre eles pode-se citar: Vila Bela (MT), em 1773; Vila Boa de Goiás (GO), em 1778; Rio de Janeiro (RJ), entre 1779 e 1783 e Salvador (BA), em 1803 (SEGAWA, 1996).

Em Curitiba, o Passeio Público surge em 1886, quando na maioria das cidades brasileiras ainda não eram comuns ruas ou praças arborizadas, e foi a primeira área verde pública criada na cidade.

A primeira menção oficial para se criar uma área verde na cidade data de 22 de março de 1857, quando o então vice-presidente da Província do Paraná, José Antônio Vaz de Carvalhalis, sugere a criação de um Jardim Botânico na capital. No entanto, a ausência de definição de um local acabou fazendo com que ele não fosse implantado (SEGAWA, 1996, p. 146-147).

Em 1885, o presidente da Província, Alfredo d'Escagnolle Taunay, entra em discussão com a Câmara de Curitiba, que pretende eliminar a Rua da Matriz, de forma a tornar todas as ruas paralelas e as praças retangulares:

Ao "paralelismo" e à "simetria" propostos pelos vereadores de Curitiba, Taunay contrapunha o "bananeamento", o "ajardinamento" e o "recreio". Para ele, a cidade devia, como prioridade, reincorporar a vegetação de modo que as pessoas, quando a passeio pelas praças e squares, travassem contato com uma atmosfera purificada pela presença das árvores, o que lhes faria bem à saúde. Contra a cidade da ordem abstrata da geometria, ele propunha a salubridade urbana propiciada pela vegetação (PEREIRA, 1999, p. 47).

O presidente Taunay sugere então que os recursos sejam investidos na criação de um Passeio Público que, por seu caráter sanitário, traria

maiores benefícios à população curitibana. Em 1886, Taunay informa à Câmara que, sendo necessário, disponibilizaria auxílio monetário para a execução das obras do Passeio Público.

Considero [o Passeio Público] de tal necessidade, alcance o valor que desde já asseguro à Câmara que os cofres provinciais, de alguma sobra de verbas deslimadas a obras públicas, se prestarão a coadjuvá-la (TAUNAY apud SEGAWA, 1996, p. 144).

Em 19 de janeiro de 1886, em discurso à Câmara, Taunay sugere o local para a construção do Passeio Público e o responsável pelas obras, pedindo urgência na criação do parque, pois seu mandato terminaria no dia 3 de maio do mesmo ano. Em 17 de fevereiro as obras são iniciadas.

O local escolhido ficava na costa norte da cidade, muito próxima ao Centro. Era uma área alagadiça e pantanosa, às margens do Rio Belém, propícia à proliferação de agentes vetores de doenças. Em função da sua proximidade com o Centro, e das características de insalubridade, era imprescindível que se encontrasse uma utilidade para aquela área que alemorava a população.

O nojento refúgio de répteis e insetos venenosos, o manancial perene de águas sujas em constante decomposição, o perigoso viveiro, onde brotavam e se desenvolviam as febres malignas e perigosas, o foco produtor, finalmente, de toda a espécie de microrganismos inimigos da saúde e da vida (O DEZENOVE de dezembro, 14 ago. 1886, apud UNILIVRE, 1997).

A sugestão para o local de implantação do parque parte do Sr. Francisco Fasce Fontana, amigo particular do Presidente Taunay e futuro diretor do Passeio Público, a quem, durante muito tempo, se creditou erroneamente a doação da área do Passeio Público.

Após a sua chegada [Alfredo D'Escagnolle Taunay] fizera amizade com o italo-uruguai Francisco Fasce Fontana, rico industrial de erva mate e pessoa de prestígio na sociedade curitibana da época. A grande preocupação de Fontana era o banhado que se formava às margens do Rio Belém em frente a sua residência. O que lhe impunha certa temeridade sobre a possibilidade das águas estagnadas virarem a causar alguma febre maligna. (...) Das relações de amizade entre Taunay e Fontana resultou o projeto da criação do Passeio Públ-

co nesse terreno baldio e pantanoso, propondo-se Fontana a realizarlo por menos do que o orçado para o simples saneamento (DESTEFANI, 1978).

Setenta e cinco por cento da área pertencia ao município, e o restante, que foi desapropriado, pertencia à viúva Hauer.

Durante as obras, o projeto inicial do engenheiro João Lazzarini foi abandonado, pois apenas uma oitava parte do terreno era firme, enquanto o restante era banhado. Dessa forma, as intervenções foram feitas sem projeto, os caminhos, a distribuição das árvores, o curso do rio e os lagos foram implantados conforme as possibilidades do terreno.

No domingo, 2 de maio de 1886, um dia antes do término da gestão do presidente Taunay, o Passeio Público, embora inacabado, é inaugurado.

Ante-hontem, domingo, 2 do corrente, teve lugar a inauguração do Passeio Público, às 3 horas da tarde, conforme estava anunciado. A concorrência foi enorme, e de tanta gente que ali se reuniu, representando todas as opiniões políticas, ninguém houve sém dúvida, que intimamente não elogiasse o administrador da província pelo benefício que fez a esta capital (Gazeta Paranaense, 04 maio 1886, apud DESTEFANI, 1978).

A inauguração do parque rende grande prestígio ao Presidente Taunay, mesmo entre seus adversários políticos, e principalmente entre a população, que viu o local pantanoso se transformar em um belo jardim.

Inicialmente, o parque contava com um carrossel e gôndolas que ajudavam a arrecadarem dinheiro para a sua manutenção. A preocupação com a infra-estrutura do local esteve presente desde a sua inauguração. O diretor, Sr. Fontana, já previa em 1886 a criação de banheiros, de um coreto e de um chalé, que serviria como lanchonete. Em 1887, o Passeio Público foi o primeiro logradouro público a receber iluminação elétrica.

Aos ingentes esforços de distintos cavaleiros, a população dessa capital aprecia a mais deslumbrante visita, que se nos apresentou o Passeio Público na noite de 19 do corrente. Deuide as 7 horas, quando à noite começava a cair, o povo dirigindo-se para o Passeio Público, ali foi admirar o deslumbrante espetáculo que a multiplicidade de luzes subordinada ao bloco luminoso de uma lâmpada elétrica, apresentava-se aos olhos de mais de 3 mil pessoas (...) lâmpada elétrica pelo Sr. Dr. Schwing, produziu-lama luz firme e maravilhosa,

soltando uma interrupção por haver se quebrado a coroa da máquina que produzia o vapor e comunicava o movimento (Gazeta Paranaense, 20 dez. 1886).

Era a primeira vez que se acendia uma lâmpada elétrica em Curitiba, e, note-se que foi ela a segunda cidade do Brasil a ter tal iluminação, inaugurada em 1892, seis anos depois daquela demonstração no passeio (DESTEFANI, 1978).

Em pouco tempo, o parque se incorporou aos hábitos da população, tanto que quando o Passeio Público foi fechado, por desavenças entre o Sr. Fontana e o presidente provincial Balbino Cândido da Cunha, a população revoltou-se abrindo os portões e invadindo o parque, provando, desta forma, a grande identidade e aceitação do Passeio Público. Pelas obras de jardinagem realizadas neste parque, a área foi durante muito tempo conhecida também como Jardim Botânico.

Atualmente, o Passeio Público é detentor de uma imagem de espaço degradado e marginalizado. Nos últimos anos, vem sofrendo inúmeras interferências para tentar revitalizá-lo, e entre outras benfeitorias, pode-se citar a construção de novas grades ao seu redor, a implantação de um módulo policial e a reforma do restaurante. Ainda estão sendo elaboradas pela prefeitura, novas intervenções visando à revitalização da área.

Várias administrações tentaram remodelar e revitalizar o parque, pois, por sua localização central, as modificações realizadas são vistas por grande parcela da população, tornando-se passíveis de apropriação de mérito pela administração.

...durante a gestão do prefeito Ivo Arzua, lá pelo ano de 1966, quando em sua gestão fez uma das maiores reformas já sofridas por aquele logradouro [Passeio Público], colocando ali uma quantidade violenta de obras em cimento armado que vero tirar muita do encanto natural que o mesmo ostentava. Não foi unicamente Arzua que ali modificou algo. Praticamente todos os prefeitos parecem atraídos em fazer alguma coisa pelo (ou dentro) do Passeio (DESTEFANI, 1978).

Hoje, às dez horas da manhã, o prefeito Roberto Requião, na presença dos secretários municipais e demais autoridades convidadas, irá entregar as obras realizadas a cargo da Secretaria do Meio Ambiente. O Lú no Pasquale, ou simplesmente, Pasquale, está totalmente remodela-

do. Agora nem chuva nem frio afastarão o curitibano do Passeio. A vegetação e o ajardinamento foram recuperados (*Correio De Notícias*, 06 ago. 1986).

É interessante notar algumas características que surgem com a criação do Passeio Público, primeira área verde pública de Curitiba, e se perpetuam na implantação dos demais parques da cidade. São elas:

O caráter sanitário do parque: A área escolhida para que o parque fosse implantando era foco de proliferação de doenças. O terreno alagadiço e pantanoso era propício ao surgimento de insetos, roedores e outros animais vetores de doenças. Sua proximidade com o Centro fazia com que a cidade ficasse mais facilmente sujeita a uma epidemia, pois transmissores de doenças encontrariam ali um espaço propício à sua reprodução e a proximidade da população possibilitaria um rápido alastramento da doença.

Curitiba, felizmente, goza de um excelente clima que a preserva naturalmente de muitas moléstias de mau caráter. Porém, devemos ter presente, que Curitiba é cidade que nasce agora, que é agora que, por assim dizer, principia a germinar, e que, por conseguinte, à medida que cresce, devemos ir preservando-a dos males que descuidos higiênicos poderão trazer para o futuro. Devemos desde já ir removendo todas as fontes de onde possam surgir elementos deletérios (...) Desde que existe Curitiba, existia ali um nojento e perigoso brejo alimentado pelas putridas águas do pequeno Rio Belém, onde se condensavam todos os germes destinados a envenenar em tempos não remoto a povoação inteira da Capital (FONATANA, 1887, apud DESTEFANI, 1978).

O caráter estético e de marketing: O ajardinamento desta área transformaria os "lodaçais e charcos imundos" em um belo jardim, deixando a cidade mais atrativa aos seus habitantes, que poderiam se orgulhar de possuir seu Passeio Público a exemplo das grandes cidades do Brasil, Portugal e Europa, e serviria também, para aumentar a boa reputação do povo curitibano diante de seus visitantes, como podemos observar na citação do presidente Taunay:

Os cuidados e zelos dispensados à capital da uma zona administrativa repercutem a toda ela e aumentam a sua boa reputação de politismo e civilização, do mesmo modo que de decência, ornamentação e limpeza de uma sala de visita se podem inferir as condições sociais e residenciais de quem habita a casa toda (...) um Pas-

seio ou Jardim Público, que, servindo à população de ameno e freqüentado logradouro, mostrasse a quantos procuram ou visitam esta localidade que ela comprehende devidamente a importância de certos melhoramentos cuja ligação com a higiene e saúde geral é hoje indiscutível e que nos centros de aglomeração de gente se tornam até indispensáveis (TAUNAY, apud SEDAWA, 1999, p. 144-145).

O caráter de interferência de proprietários de terra: É inevitável notar que quem recomendou o local para implantação do Passeio Público foi o Sr. Fontana, proprietário de terrenos em frente à área pantanosa de baixo valor econômico, que seria desapropriada para implantação do parque. Seu lote em frente à área do Passeio Público sofreu grande valorização após as obras que, além de implantarem o parque, criaram novas avenidas e alongaram antigas, ficando uma delas, inclusive, com o seu nome, Rua Fontana (hoje Presidente Faria).

A bem da verdade, o que ele [Fontana] conseguiu mesmo foi embellecer as cercanias de sua residência, com abertura e nivelamento das ruas, com o saneamento e construção de um lindo parque em frente à sua mansão, o que demonstra que, pelos interesses pessoais, seus serviços prestados no Passeio Público durante dois anos e meio não foi o seu cargo exercido tão gratuitamente assim (DESTEFANI, 1978).

O caráter de promoção política: É impressionante a rapidez com que o projeto foi aprovado pela Câmara de Curitiba e executado. Mesmo não tendo ficado pronto, sua inauguração se deu apenas um dia antes do término do mandato do presidente Taunay, de forma a ficar explicitado que aquela obra era produto de sua administração e não de seu sucessor.

O caráter de valorização imobiliária: Após sua implantação, o Passeio Público passou a servir como uma opção de lazer da elite curitibana, e serviu para que desencadeasse um processo de reurbanização de suas áreas vizinhas com a construção de novas ruas. Obviamente, essa área, que era evitada em função dos riscos que oferecia à saúde pública, passou a ser muito procurada pela elite, o que acabou acarretando na valorização imobiliária da área.

A primeira consequência deste serviço foi a abertura da Rua Fontana [Presidente Faria] e do prolongamento da Rua Sete [Praça Carlos Cavalcanti] e da Rua Conselheiro Lauro Nogueira (DESTEFANI, 1978).

Conclui-se portanto, que os objetivos principais para a criação do Passeio Público foram: eliminar uma área propícia à proliferação de doenças contagiosas, sanear a região próxima ao centro da cidade, oferecer uma opção de lazer à élite curitibana, promover politicamente o presidente Taunay e, em menor grau, atender aos interesses particulares do Sr. Fontana.

É notável que os objetivos que nortearam a criação do Passeio Público se repetem com freqüência na história da produção dos demais parques e bosques públicos de Curitiba. A questão sanitária fica evidenciada na presença de lagos contentores de enchentes na quase totalidade dos parques da cidade. O caráter estético e de marketing surge com força nos elementos emblemáticos produzidos em edificações como o teatro Ópera de Arame no Parque das Pedreiras, a cúpula do Jardim Botânico ou o castelo do Parque Tanguá. O caráter de interferência dos agentes privados aparece em áreas como o Bosque do Trabalhador, que pertencia ao ex-governador do Paraná Jayme Canet Júnior e que acarretou a aprovação de um loteamento no entorno do bosque. A promoção política se evidencia pela constante exploração, na mídia, dos altos índices de áreas verdes e sua associação com a qualidade de vida em Curitiba. Finalmente, observa-se o forte caráter de valorização imobiliária em parques como o Tingüi e o Tanguá, que presenciam um aumento no valor de venda dos terrenos do entorno de 60% em um período de 6 meses após a implantação do parque, e que hoje abrigam condomínios horizontais de altíssimo padrão (ANDRADE, 2001).

Assim como na criação do Passeio Público, os agentes econômicos e políticos foram determinantes na produção dos demais parques e bosques públicos de Curitiba. É mister questionar os mitos, desvendar a realidade a cerca das áreas verdes de Curitiba e verificar os interesses econômicos e políticos que a tornaram Capital Ecológica.

CURITIBA POR VOLTA DE 1860



DENOMIN. ANTIGA	DENOMIN. ATUAL
Rua do Comércio	Rua Dom Pedro II/ Doutor Paraná
Rua das Imprensa	
Rua das Flores	Rua XV de Novembro
Rua das Imprensa	
Rua do Teatro	Rua Tomás Peixoto
Rua da Avenida	Avenida Dr. Mauá
Rua Freitas	Rua José Bonifácio

DENOMIN. ANTIGA	DENOMIN. ATUAL
Rua São João	Rua São Francisco
Rua Direita	Rua 12 de Maio
Rua do Senado	Rua Presidente Getúlio Vargas
Rua do Mercado	Rua Barão do Rio Branco
Rua da Cadeia	Rua Barão de São José
Cargo da Mina	Rua Belzebul
Praga Testeira	

FONTE: Lages Curitibanas.
ADAPTAÇÃO: ANDRADE, 2001

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, R. V. *O processo de produção dos parques e bosques públicos de Curitiba*. Curitiba, 2001.129 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná.
- CORRÉIO DE NOTÍCIAS. Curitiba, 08 ago. 1986.
- DESTEFANI, C. A verdadeira história do Passeio Público. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 12 ago. 1978.
- GAZETA PARANAENSE. Curitiba, 20 dez. 1886.
- PEREIRA, M. R. M. De árvores e cidades ou a difícil aceitação do verde nas cidades de tradição portuguesa. In: SOLLER, M. A.; MATOS, M. I. S. *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d'Água, 1999, p. 11-47.
- SEGAWA, H. *Ao amor ao público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1998.
- UNIVERSIDADE LIVRE DO MEIO AMBIENTE (UNILIVRE). *Cidade, homem e natureza: uma história das políticas ambientais de Curitiba*. Curitiba: Unilivre, 1997.